
Jornalismo e Meio ambiente: o silenciamento e a resistência nas páginas dos jornais¹

Luciana Pereira da SILVA ²
Isaltina Maria de Azevedo de Mello GOMES³

RESUMO

Este artigo discute como o silenciamento e a resistência estão presentes nas notícias que tratam dos problemas e questões ambientais relacionadas às atividades do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). O *corpus* deste trabalho é constituído por duas notícias publicadas no *Jornal da Cidade*, no ano de 1975, época das ações de planejamento do Complexo. O aporte teórico-metodológico vem da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, principalmente, do conceito de silêncio e silenciamento de Eni Orlandi (2007). A análise revelou que os discursos sobre o CIPS foram silenciados porque o Complexo foi idealizado como o ‘salvador da economia de Pernambuco e o *Jornal da Cidade* se configurou como um lócus de resistência.

Palavras-chave:

Jornalismo. Meio ambiente. Silenciamento e Resistência. Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).

1 Introdução

Na sociedade contemporânea, o discurso ambiental pode ser considerado um tipo de discurso heterogêneo tanto pela sua constituição, como também por ser enunciado de contextos e posições discursivas distintas. Muito embora ecoe de vários lugares, em muitos casos, é necessário que o silêncio seja rompido para que os impactos e os problemas ambientais se tornem públicos e ações efetivas possam ser adotadas.

Neste artigo, nos debruçaremos sobre o funcionamento do processo discursivo que circunda os discursos sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS)⁴, para

¹ Trabalho apresentado no GP – Comunicação, Divulgação científica, Saúde e Meio ambiente, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – *campus* Recife. Email: lu06pereira@gmail.com.

³ Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Professora do Curso de Jornalismo e do Programa Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Email: isaltina@gmail.com

⁴ O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), distante 40 quilômetros da Capital Pernambucana, foi projetado na década de 1970 e começou a operar em 1986, tendo como objetivo, administrar as obras de

analisar como, na mídia pernambucana – no jornalismo impresso –, os impactos ambientais produzidos pelo empreendimento foram silenciados. Compreendemos que a construção do CIPS impactou a região circunvizinha ao empreendimento e a população local dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Entre os fatores podem ter contribuído de forma significativa para intensificar os impactos ambientais estão a crescente demanda por moradia por parte de trabalhadores que buscaram residir próximo ao trabalho; a diversificação das atividades de comércio e serviços; a requalificação de casas de segunda em primeira residência; o aumento do tráfego urbano; o aumento da produção de resíduos sólidos; o aumento no consumo de água; a migração de trabalhadores de outros estados e o conseqüente aumento da violência urbana (SOUZA, 2012).

Discutimos aspectos dos conteúdos jornalísticos tomando como base Traquina (2016), Hall et al (2016), Franciscato (2014). Consideramos, no caso específico desta discussão, a mídia como uma esfera pública⁵ em potencial, uma vez que acreditamos que interesses econômicos, organizacionais e políticos podem ofuscar ou silenciar os discursos ambientais que seriam objetos das pautas jornalísticas, particularmente, quando discutimos os impactos ambientais causados por empreendimentos de grande porte.

Aqui analisamos duas notícias publicada na década de 1970, denominada Manifesto Suape⁶, publicada pelo extinto Jornal da Cidade. Consideramos a notícia um marco no jornalismo local na época, uma vez que rompeu com o silenciamento que havia em torno das ações de planejamento e negociações para a construção do CIPS.

implantação do Porto de Suape para substituir o Porto do Recife, com área constituída por instalações portuárias terrestres, abrangendo cais, docas, pontes e píeres de atracação e de acostagem, vias de circulação interna. Parte da área é formada por terrenos pertencentes à União e incorporados ao Patrimônio do porto.

⁵ Para Habermas (1984, p. 14-15, grifos nossos): “A própria ‘esfera pública’ se apresenta como uma esfera: o âmbito do que é setor público contrapõe-se ao privado. Muitas vezes ele aparece simplesmente como a esfera da opinião pública que se contrapõe diretamente ao público. Conforme o caso, incluem-se entre os ‘órgãos da esfera pública’ os órgãos estatais ou então as mídias que, como a imprensa, servem para que o público se comunique”.

⁶ O Texto intitulado “Cientistas lançam manifesto contra o Complexo de Suape”, foi publicado na capa do semanário Jornal da Cidade (ano II, nº 24, 6-12 de abril de 1975). O Manifesto foi redigido por Clóvis Cavalcanti, economista-ecólogo, professor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e pesquisador do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e assinado por: Renato S. Duarte, professor do Mestrado em Economia e da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPE; Roberto M. Martins, coordenador do curso do de Mestrado em Sociologia da UFPE; Nelson Chaves, professor titular da Faculdade de Medicina da UFPE; José Antônio Gonçalves de Mello, professor titular de História da UFPE; Renato Carneiro Campos, diretor do departamento de Sociologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; João de Vasconcelos Sobrinho – chefe da Estação Ecológica de Tapacurá e titular da disciplina de Ecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

Para a análise da notícia, utilizamos a concepção da Análise do Discurso (AD) da linha Francesa, na perspectiva de seu fundador M. Pêcheux. A AD é considerada uma teoria discursiva que visa compreender como os objetos fazem sentidos no seu modo de significar para os sujeitos. A AD não trabalha com a noção de sujeito empírico, mas de sujeito discursivo, ou seja, ele (sujeito) sofre a determinação da história e da ideologia. Esse sujeito tem a ilusão do dizer, mas fala a partir de uma formação discursiva que o domina. Ainda nesta seção, discutiremos os conceitos do *silêncio* e *silenciamento* a partir da perspectiva de Orlandi (2007, p. 23). Para a autora, “o silêncio é a garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio”. Essa é uma das noções que mobilizaremos para compreender o processo discursivo no texto ora analisado. Também mobilizaremos a concepção e *resistência* a partir de Pêcheux (2014). É importante esclarecer que não buscamos marcas formais, mas pistas de significação; será no entremeio, nos deslizos que os efeitos de sentido irão ser projetados.

2 Jornalismo e Meio ambiente

Neste artigo, pensamos as notícias sobre as questões e problemas ambientais como textos produzidos dentro de um macro contexto. Nessa perspectiva, acreditamos que a orientação de Franciscato (2014, p. 89-90) pode corroborar com o nosso entendimento:

O produto jornalístico (o seu texto) não é sintético, mas plural. [...] é um recorte, uma colagem ou combinação de observação, descrição e interpretação tanto do jornalista quanto da equipe de produção e das fontes de informação. [...] O produto jornalístico é um permanente diálogo entre os interlocutores envolvidos na sua produção ou na sua recepção, mesmo que ocorram situações de desigualdade na interlocução. Estar em diálogo não significa apenas o momento da fala, mas também da troca de expectativas e intenções para um público e, ao mesmo tempo, deixar-se influenciar por ele para se adequar a seus interesses.

O autor ainda acrescenta que: “a notícia é resultante de uma combinação complexa de elementos díspares: sua forma e conteúdo final representam a convergência de vários processos sociais [...]” (FRANCISCATO, 2014, p. 91).

Nessa condução, o texto jornalístico apresenta nuances que precisam ser consideradas, que vão desde a sua produção ao seu consumo pelo público final. Dentre esses processos, devemos compreendê-lo como produzido em um contexto socioeconômico, político e cultural.

De outra parte, Hall *et al* (2016, p. 323) orientam que os *media* utilizam “mapas” culturais do mundo social ao identificar os acontecimentos que podem vir a ser noticiáveis, ou seja, que possam vir a “fazer sentido” na sociedade. Destacam os autores que em sociedades nas quais uma parcela significativa da população não tem “acesso direto” e “nem poder” sobre as decisões que norteiam suas vidas e a “política oficial” e a opinião estão concentradas, no entanto, a opinião popular está fragmentada os *media* têm a função de elo e mediador crítico na “formação da opinião pública e na orquestração dessa opinião com as ações e perspectivas dos poderosos” (HALL et al, 2016, p. 323).

Alinhados a esses fatores, é preciso considerar que as condições de produção do discurso, particularmente, aquelas que dizem respeito aos grandes empreendimentos em sociedades capitalistas-industrialistas podem levar ao silenciamento dos discursos sobre problemas e questões ambientais na mídia.

Essa discussão encontra respaldo no que afirma Drizek (2013) que os problemas e questões ambientais podem ser considerados interconectados e multidimensionais na seara de complexidade do mundo, uma vez que possuem em seu cerne uma gama de variedades de elementos que fazem a interação com o meio ambiente. Para o autor, esses discursos constroem significados e representações e auxiliam a formar o senso comum, bem como legitimam conhecimentos, havendo em cada discurso uma suposição, afirmação, julgamento provendo as marcas para os debates, acordos e desacordos.

Segundo Dryzek (2013), esses elementos que se fazem presentes na interação com o meio ambiente entram em contato com a complexidade do sistema de decisão humana (seja individual ou coletivo) e encontram outras duas complexidades: a) os ecossistemas são complexos e nosso conhecimento sobre eles é limitado; b) os sistemas sociais humanos também têm suas próprias complexidades.

No entanto, o autor afirma que o discurso ambiental teve sua origem com o industrialismo e que não pode ser analisado dissociado de sua relação contextual. Acrescenta o autor que os discursos estão ligados às práticas de poder e podem incorporar o poder, condicionando o modo de perceber das pessoas, de tal forma que alguns interesses podem ser suprimidos ou ofuscados em detrimento de outros.

Diante disso, Dryzek (2013, p. 11) afirma que, nas economias capitalistas, os governantes, no exercício de suas atividades, têm uma série de funções a serem exercidas, independentemente de suas vontades e a fim de atender interesses comerciais, tais como: a) garantir o crescimento econômico (as corporações podem parar de fazer investimentos

no país em resposta às políticas de governos que não apoiam); b) segundo, a mobilidade do capital e das finanças pode aumentar a pressão, a fim de garantir regras e práticas ambientais menos rigorosas.

Essa afirmação do autor pode ser corroborada com o pensamento de Santos (2010, p. 33-34, grifo nosso):

Quando uma grande empresa se instala, chega com suas normas, quase todas extremamente rígidas [...] **Muda a estrutura do emprego, assim como as outras relações econômicas, sociais, culturais e morais dentro de cada lugar, afetando igualmente o orçamento público**, tanto na rubrica da receita como no capítulo da despesa. Um pequeno número de grandes empresas que se instala acarreta para a sociedade como um todo um pesado processo de desequilíbrio. **Todavia, mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade.**

Com base na orientação de Santos (2010), podemos afirmar que os grandes empreendimentos são considerados, em muitos casos, ‘salvadores’ de lugares e considerados dignos de reconhecimento pelo aporte financeiro que podem trazer às localidades, havendo, toda uma cadeia discursiva, a fim de legitimar esses enunciados. Em contrapartida, a degradação e o risco ambiental são silenciados.

Santos (2010, p. 33) acrescenta que diante desses discursos: [...] a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas.

Já Dryzek (2013, p. 10, tradução nossa)⁷ afirma:

As corporações podem parar de investir em resposta às políticas governamentais que lhe desagradam. A crescente mobilidade do capital e das finanças intensifica essa pressão, porque as empresas podem ameaçar transferir operações para países com políticas e práticas ambientais menos rígidas.

Para Santos (2010) e Dryzek (2013), a ação existente entre a instalação dos grandes empreendimentos e o ambiente no qual as pessoas vivem demanda impactos tanto no ambiente natural, quanto no que se refere às pessoas e à dinâmica da vida nas cidades.

⁷ “Corporations can stop investing in response to government policies they do not like. Their increasing mobility of capital and finance intensifies the pressure, because businesses can threaten to transfer operations to countries with less stringent environmental policies and practices.” (DRYZEK, 2013, p. 10)

3 Análise do discurso: silenciamento e resistência

De maneira mais usual, podemos compreender que a Análise do Discurso (AD) admite o silêncio como noção que pode ser mobilizada durante as análises diante da constituição de seus objetos e das perguntas trazidas pelo pesquisador. Neste artigo discutimos, “como no *discurso sobre* o CIPS os impactos ao meio ambiente não são noticiados?”, “Quais os sentidos possíveis e quais os sentidos interditados?” Como a mídia pode ser considerada espaço de resistência ao silenciamento?

Para responder aos questionamentos, adotamos o que afirma Orlandi (2007): o silêncio ratifica o movimento do discurso que se realiza na contradição existente entre o “um” e o “múltiplo”, apresentando também o deslocamento contraditório tanto do sujeito como do sentido, uma vez que, ele (sujeito) caminha no entremeio entre a ilusão de um sentido só e o lapso de todos os sentidos.

Essa afirmação nos leva a concluir que o sujeito jornalista, ao se inscrever em uma Formação discursiva (FD)⁸, sendo por ela dominado, irá enunciar a partir dos discursos possíveis e, conseqüentemente, irá negar outros sentidos, caminhará no entremeio entre/na ilusão de um sentido único.

Para Orlandi (2007), o silêncio⁹ significa pela iminência do sentido e pela incompletude da linguagem, na relação que o “dizer” comporta com o “não dizer”, ou seja, o sentido não é dado, não está disponível de forma transparente, uma vez que a linguagem é opaca e a “significação é um movimento. Errância do sujeito, errância dos sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 33). É no discurso que acontece a materialização entre o ideológico e o linguístico, corroborando dessa forma a visão de Pêcheux e Fuchs (2014).

⁸A formação discursiva (FD) segundo Pêcheux e Fuchs (2014, p. 164, grifo dos autores), determina “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura” e “[...] toda formação discursiva deriva de condições de produção”. Os autores acrescentam que as FDs influenciam nas formações ideológicas, realizando a “interpelação dos indivíduos em sujeitos”.

⁹ Orlandi (2007) afirma que a constituição da política do silêncio (silenciamento), se apresenta de duas maneiras: a) Silêncio constitutivo; b) Silêncio local. O silêncio constitutivo configura-se como pertencendo à ordem da produção de sentidos, regendo, seja qual for, a elaboração de linguagem. No discurso, é um representante da política de silêncio, trazendo o anti-implícito, ou seja, se diz “x” para não deixar dizer “y”, sendo o “y” o sentido a ser descartado do dito. Apagando-se os sentidos que devem ser evitados, assim, os sentidos apagados poderiam vir a compor uma “outra” formação discursiva. Já o silêncio local, é também uma manifestação da política de silêncio, a sua forma de expressão é através da interdição do dizer, ou seja, reflete a censura.

Pêcheux (2014, p. 275-276) afirma que não há ritual sem falhas, ou seja, a forma-sujeito do discurso na qual coabitam, de maneira indissociável, interpelação, identificação e produção de sentido, “realiza o *non-sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma de evidência primeira”. Portanto, “não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso *ousar se revoltar*” (PÊCHEUX, 2014, p. 281, grifo do autor).

Para De Nardi e Nascimento (2016), o sujeito do discurso ao ser interpelado pela ideologia ocupa (ele sujeito) o seu lugar em um complexo de discursos e na condição de sujeito, resiste. Conclui a autora, que o assujeitamento, por ser da ordem do político e do simbólico, também se configura como resistência. Assim, a resistência é parte inerente ao processo, ou seja, a tomada de posição e a identificação com uma *forma sujeito* importam na resistência “tanto a esse lugar como aos discursos outros que o atravessam, que contradizem os saberes dessa FD ou os negam, provocando rupturas” (DE NARDI; NASCIMENTO, 2006, p. 8).

4 Uma breve análise

Apresentamos as Sequências Discursivas que serão observadas neste artigo:

Sequência Discursiva 1:

Sete cientistas recifenses das mais diversas especialidades – todos técnicos de **renome nacional e internacional** – assinaram, ontem um **manifesto condenando a construção do complexo portuário de Suape e denunciando “a fragilidade de um planejamento exclusivamente voltado para a promoção tacanha da produção de mercadorias e renda per capita”** (CIENTISTAS, 1975^a, grifo nosso).

Sequência Discursiva 2:

Tem-se firmado como tradição do estilo recente de promover o desenvolvimento econômico – que se entende **como aumento da renda per capita** -, o lançamento pelo governo de **grandes projetos de sua iniciativa**, que as autoridades presumem consultar o interesse público e **julgam satisfazer as aspirações da população, sem que uma consulta à última seja efetivamente realizada**. Esta é uma regra quase universalmente seguida, cuja validade não tem sido – a não ser em casos excepcionais – posta em dúvida. **Isto não impede, todavia, que pessoas interessadas e grupos de indivíduos manifestem sua opinião** a respeito de tais projetos e empreendimentos, reagindo contra a pretensão de transformar em verdade indiscutível **a tradição autocrática** de não fazer a confecção de grandes projetos ser precedida de consulta às aspirações da coletividade (CIENTISTAS, 1975a, grifo do autor).

Sequência Discursiva 3:

A divulgação, semana passada, de um **manifesto assinado por sete intelectuais** – alguns de **notório renome** – **criticando a construção do complexo industrial** e do **superporto** na Bahia de Suape, **provocou intensos debates**, nos últimos dias, envolvendo autoridades, políticos, técnicos e intelectuais. **A partir do manifesto**, foram feitos pronunciamentos de deputados do Governo e da oposição, na Assembléia: **houve uma resposta oficial do Palácio do Governo; entraram em cena novos intelectuais, esclarecendo posições**: os dois jornais diários de maior importância do Estado dedicaram editoriais ao assunto (SUAPE, 1975, grifo nosso).

Sequência Discursiva 4:

Enquanto os **cientistas afirmam** textualmente no novo documento – intitulado “Ainda a propósito de Suape” – que – “estão dispostos ao **diálogo construtivo**” e que “desejam que se **discutam méritos e desvantagens da iniciativa**”, o Sr. José Francisco de Moura Cavalcanti declara: “ Quanto às discussões não há nada demais em tudo isso, **desde que o diálogo seja a nível** que o assunto exige, **com as vistas voltadas para o interesse do Estado**, só há vantagem em debater” (SUAPE, 1975, grifo nosso).

Na SD1, tomamos como observação inicial, o título da notícia “Cientistas lançam manifesto contra o Complexo de Suape”. Os enunciados do título ratificam o que, na prática do jornalista, é considerado a proteção de posicionamento. Quando o jornalista, se orientando pelas noções de “imparcialidade” e “objetividade”, busca se salvaguardar de possíveis sanções profissionais, recorrendo às “fontes dignas de crédito”, conforme afirma Tuchman (2016).

No entanto, podemos afirmar que se trata de um gesto de interpretação do jornalista a afirmação de que “são técnicos de renome nacional e internacional” para sinalizar a credibilidade das pessoas que serão trazidas para ancorar o seu dito nas páginas do jornal, atribuindo a credibilidade e cumprindo com o ritual da objetividade.

Essa questão da imparcialidade e da objetividade também é objeto do olhar de Hall *et al.*, (2016, p. 316), quando os autores afirmam que os *media*, ao buscarem regras para salvaguardar a imparcialidade, acabam por definir a realidade social inserindo nos textos as suas “fontes acreditadas”, os “porta-vozes”. No caso da SD1, o gesto de interpretação do jornalista, o aproxima da formação discursiva desenvolvimentista-rendentora.

Ainda na SD1, o jornalista expõe que os cientistas “assinaram, ontem um manifesto condenando a construção do complexo portuário de Suape e denunciando”, buscamos a orientação de Tuchman (2016) e Hall *et al.*, (2016). Os enunciados referem-

se ao discurso do jornalista e projetam, novamente, o seu posicionamento em relação ao planejamento e à construção do CIPS. Os efeitos de sentido projetados para o sujeito leitor é de que os cientistas não estavam a favor da construção do CIPS e o “manifesto” repercute essa situação. Nesse momento, o jornalista, ao apresentar o seu posicionamento, creditou a responsabilidade pelo dizer aos cientistas.

No entanto, no trecho seguinte “[...] a fragilidade de um planejamento exclusivamente voltado para a promoção tacanha da produção de mercadorias e renda per capita”, o jornalista, em um gesto de interpretação, na tentativa de projetar para o leitor o discurso da “imparcialidade”, projeta os discursos da FD e os saberes nela ancorados.

Já na SD2 encontramos um diferencial em relação à SD1. Enquanto a SD1 tem o conjunto de enunciados elaborados por um jornalista, na SD2, os enunciados são atribuídos aos cientistas que assinam o “Manifesto Suape”.

Nos trechos iniciais da SD2 encontramos, “tem-se firmado como tradição do estilo recente de promover o *desenvolvimento econômico* – que se entende como aumento da renda per capita”. Ao enunciarem os cientistas discursivizam a partir de um lugar social de cientista, Podemos considerar que a discursivização dos sujeitos-cientistas é parte da falha no ritual do processo discursivo (Pêcheux, 2014). A falha no processo discursivo permite que os cientistas enunciem os discursos que consideramos de resistência aos ditos ancorados na formação discursiva. Na discursivização os cientistas mobilizam os efeitos de sentido que emergem da resistência ao ritual de assujeitamento à FD desenvolvimentista-redentora, negando sentidos nela ancorados e enunciando os discursos possíveis e discursivizando, os discursos da resistência.

Porto-Gonçalves (2013) também apresenta uma crítica ao se associar o desenvolvimento econômico ao aumento da renda per capita. Para o autor, outros fatores precisam ser levados em consideração.

Ainda na SD2, nos trechos seguintes “o lançamento pelo governo de grandes projetos de sua iniciativa”, neles os cientistas demandam que não estava havendo uma discussão pública sobre os impactos da obra, mas havia os interesses governamentais em impor à população os projetos considerados por eles (governo) viáveis para o Estado. No trecho seguinte, há a crítica, “julgam satisfazer as aspirações da população, sem que uma consulta à última seja efetivamente realizada”. Ressaltamos que estava instalada no país a ditadura militar. Diante do fato, não havia no país o interesse político em discutir o alcance dos projetos e suas consequências na vida da população afetada.

Nesse caso, estamos diante do que Orlandi (2007, p. 106-107) denominou de *interdição*, trata-se de uma característica da censura local, ou seja, a responsabilidade pelo dito é do autor (sujeito ao enunciar). Nesse ponto, a censura se instala na relação entre o sujeito com sua “identidade social e com o Estado”, ou seja, “a função enunciativo-discursiva do autor é a mais sujeita às coerções sociais”, ou seja, o sujeito é responsabilizado pelos seus atos.

Um fato a ser considerado é que as condições de produção do discurso apontam que o país estava sob a ditadura militar, o AI-5¹⁰ já havia sido baixado, além disso, o governador do Estado de Pernambuco, à época, era biônico¹¹. Portanto, havia um alinhamento governamental com o discurso industrialista.

Na SD2 podemos identificar que os cientistas apresentam a contra-identificação com a formação discursiva desenvolvimentista-redentora, os posicionamentos apresentados tanto sinalizam que não mantêm uma relação de proximidade com a FD desenvolvimentista-redentora como, ainda, se inserem como legitimados ‘porta-vozes’ de um discurso contrário ao instalado na FI – capitalista-industrialista, quando afirmam que é um modelo de desenvolvimento pautado no aumento da renda per capita, deixando implícito que deveria haver outros indicadores a serem considerados.

Nos trechos iniciais da SD3, “Suape a hora da discussão”, o jornalista retoma para o leitor a divulgação do “Manifesto”. Na notícia da publicação do “Manifesto” (verificar na SD1) os profissionais foram denominados de “cientistas”. Na semana seguinte, o jornalista, ao enunciar, o faz de forma a contestar o lugar social dos profissionais, ao relatar: “sete intelectuais alguns de notório renome”, colocando em dúvida a competência técnica de parte deles. Após contestar a competência profissional de *alguns* dos signatários do “Manifesto”, relata que eles estavam “criticando a construção do complexo industrial e do superporto na Bahia de Suape”.

¹⁰ No cenário nacional, Fausto (2015) expõe que, em 1968, foi instituído o AI-5, garantindo poderes absolutos ao regime militar. O momento político do país era difícil, uma vez que havia sido criado o Departamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-CODI, funcionando em vários estados. Os citados departamentos foram considerados os principais centros de tortura do “regime militar”.

¹¹ Retornando ao cenário nacional, em fevereiro de 1966, o AI-3 determinou a eleição indireta para os governadores dos Estados, escolhidos pelas Assembleias Estaduais. O governo Castelo Branco instituiu as demais mudanças nas instituições do país, “fazendo aprovar” a Constituição de 1967 – segundo Fausto (2015), a expressão pode ser considerada em sua literalidade, uma vez que o Congresso estava fechado, foi convocado pelo AI-4 para, excepcionalmente, aprovar o texto constitucional. No período de 1967-1971, o estado de Pernambuco foi governado por Nilo Coelho, governador biônico.

Destacamos, ainda, na SD3, que um “dito” silencia outros sentidos possíveis, como afirma Orlandi (2015), quando o jornalista afirma que “entraram em cena *novos intelectuais*”, trata-se de maneira de, no discurso, silenciar os ‘velhos’, ‘anteriores’. Para a autora, toda denominação apaga outros sentidos possíveis.

Voltando à SD3, o jornalista, ao enunciar percebemos, no gesto de interpretação do jornalista e no fio discurso, projeta os discursos da memória da ditadura militar, quando as decisões governamentais eram adotadas sem chegar à discussão pública, alegando o interesse público. Percebemos o posicionamento ao enunciar a divulgação do “Manifesto” que “provocou intensos debates, nos últimos dias, envolvendo autoridades, políticos, técnicos e intelectuais”, e conclui relatando que houve o pronunciamento oficial do governo. Na verdade, é *como se* estivesse explicando ao leitor que todo o burburinho causado pela divulgação do “manifesto” já houvesse sido contornado com a nota oficial do governo e com a explicação dos ‘novos intelectuais’. Ao finalizar o recorte, o faz afirmando que até os jornais de grande circulação, fazendo referência ao *Diario de Pernambuco* e ao *Jornal do Commercio*, publicaram editoriais sobre o assunto. Resta-nos trazer que os editoriais representam a linha de pensamento dos jornais e que, nas condições de produção (ver seção 6.1) já trouxemos o alinhamento dos jornais à situação governamental da época.

Na SD4, o jornalista, enuncia que “Enquanto os cientistas afirmam textualmente no novo documento [...] estão dispostos ao diálogo construtivo” e que “desejam que se discutam méritos e desvantagens da iniciativa”, concluindo com a declaração, do então governo de que: “desde que o diálogo seja a nível que o assunto exige, com as vistas voltadas para o interesse do Estado”. Nesse caso, o gesto de interpretação é materializado quando o jornalista, no enunciado, projeta uma imagem do discurso da imparcialidade, ou seja, trazendo o discurso atribuído ao governador. Isso de fato, pode nos remeter as condições de produção do discurso, projetando tanto à FI capitalista-industrialista, bem como a determinação da Formação desenvolvimentista-redentora.

Desse modo, o funcionamento das posições-sujeito tem nos permitido observar que os discursos da FD, no caso desta tese, têm silenciado, neste momento, os possíveis impactos ao ambiente natural que a construção do CIPS e, posteriormente, o seu funcionamento poderia trazer para a área de circunvizinhança do empreendimento.

Nesse ponto, concluímos que o jornalista é sujeito da FD e, os gestos de interpretação que mobilizou, projetou para os leitores os ditos ancorados na formação

discursiva, inclusive, da valorização do CIPS para a economia do estado de Pernambuco, ou seja, o empreendimento poderia vir a se tornar um “superporto”.

5 Algumas considerações

Os discursos sobre o CIPS, na mídia, como parte de um embate discursivo, romperam o silenciamento no ano de 1975 com a publicação do “Manifesto Suape” as formações ideológicas e discursivas foram cruciais para o estabelecimento de um cenário que possibilite a discussão sobre as questões e problemas ambientais, as crises ambientais e os crimes ambientais no cenário local, particularmente, em contraposição ao discurso dominante do capital.

Verificamos que, na falha no processo discursivo, os jornalistas enunciaram os discursos dos possíveis impactos ambientais e socioambientais que poderiam ser produzidos com a instalação do CIPS. Apesar disso, esses discursos para serem enunciados precisaram vencer os embates das forças que regem à formação discursiva, circulando nos entremeios para, só assim, romper o silenciamento. No processo de resistência o sujeito do discurso resiste ao processo de assujeitamento à Formação discursiva, enunciando os outros discursos possíveis, resgatando o que Pêcheux (2014) afirma, que não há ritual sem falhas e corroborando o pensamento de Orlandi (2007), que nos entremeios do discurso a significação acontece.

De outra parte, compreendemos o Jornal da Cidade um marco da resistência, levando em consideração as condições de produção do discurso, o País estava sob a ditadura militar, a publicação da notícia “Manifesto Suape” rompe com o silenciamento e traz à luz as discussões que estavam acontecendo no cenário local e nacional. A partir da publicação do “Manifesto” os demais jornais de Pernambuco, Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco passaram a repercutir a situação.

Diante disso, podemos considerar que a mídia, nos discursos de impactos, crises ou crimes ambientais, pode representar um lugar de resistência.

Referências bibliográficas

CIENTISTAS lançam manifesto contra o complexo de Suape. **Jornal da Cidade**, a. 2, n. 24, 06 a 12 abr. 1975a.

DE NARDI, Fabiele Stockmans; NASCIMENTO, Felipe Augusto do. A propósito das noções de resistência e tomada de posição na análise do discurso: movimentos de resistência nos processos de identificação com o ser paraguaio. **Revista SIGNUM: Estudos Linguísticos**. Londrina, v. 19, n. 2, p. 80-103, dez. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/25109>

DRYZEK, John S. **The politics of the Earth: environmental discourses**. United Kingdom: Press in the University Oxford, 2013

ENFIM, um debate sobre Suape. **Jornal da Cidade**. a. 2, n. 29, 11 a 17 de maio de 1975.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. “Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade”. In: SILVA, Gislene et al. (orgs.). **Crêterios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa**. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart et al. “A produçãõ social das notícias: o mugging nos media”. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **As formas do silêncio: nos movimentos dos sentidos**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Editora Pontes, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PÊCHEUX, Michel. “Análise automática do discurso”. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Betânia S. Mariani et al. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Betânia S. Mariani et al. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Expansão dos Espaços de Pobreza no contexto do desenvolvimento da região de Suape: Deslocamentos populacionais atraídos pelos empregos diretos e indiretos**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS

POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia. Anais [...]. Águas de Lindóia: ABEP, 2012. Disponível em:

<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2052/2011>. Acesso em: 03 fev. 2019

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SUAPE extinguirá miséria, diz Hércias. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, 08 maio 1975, capa.

TRAQUINA, Nelson. “As notícias”. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise da noção de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

